RELATÓRIO
DE ENCONTROS

2024/2025

Rede de Práticas Sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva

REALIZAÇÃO

Insper

NÚCLEO DE POLÍTICA EDUCACIONAL E INCLUSÃO PRODUTIVA

CGPP

APOIADORES

ambev

fundação arymax

Insper

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

INSPER – INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

Presidente: Guilherme Martins

CENTRO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (CGPP)

Coordenação: Vivian Satiro

Coordenação científica: Ricardo Paes de Barros

NÚCLEO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INCLUSÃO PRODUTIVA

Coordenação: Laura Muller Machado

APOIADORES

Ambev

Fundação Arymax

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Laura Almeida Ramos de Abreu

Juliana Raineri Haddad

Laura Muller Machado

ARTE, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

Comunicação Institucional

COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

INSPER. Relatório de encontros: Rede de Práticas Sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva 2024/2025. São Paulo: Insper, 2025.

PARTICIPANTES DA REDE DE PRÁTICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

» Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

» Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset)

» Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

» Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP)

» Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

» Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES | BA)

» Secretaria de Assistência Social e dos Estado de Direitos Humanos (SEAD | MS)

» Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS|PE)

» Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE | SP)

» Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH | PB)

» Gabinete de Políticas Sociais (GPS | GO)

» Secretaria de Estado da Retomada (GO)

» Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás (SEDS | GO)

» Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES | DF)

» Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS | SP)

» Secretaria de Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná (SEDEF | PR)

» Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (SEDES | RS)

» Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso (SETASC | MT)

» Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE | MG)

» Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES | ES)

» Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima (SETRABES | RR)

» Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE | Salvador)

» Aliança Empreendedora

» Ambev

» Aventura de Construir

» Banco Mundial

» Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

» Comunitas

» FGV-EESP

» Fundação Arymax

» Fundação Capital

» G20 Youth Engagement Group (Y20)

» Gerando Falcões

» Insper

» Instituto Ambikira

» Instituto C

» Instituto Dara

» Instituto Meio

» Instituto RC8 Negócios Inclusivos

» Instituto Tecendo Infâncias

» JOI Brasil | JPAL

» MindLab

» Observatório Internacional da Juventude

» Oppen Social

» SEBRAE/RJ

» SEBRAE/SP

Sumário

1. **Objetivos da Rede** ////// **8**

2. **Documentação dos Resultados** ////// **10**

2.1. Encontros Realizados ////// **10**
2.2. Síntese das Discussões ////// **12**
I Encontro da Rede IP - Setembro de 2024 ////// **12**
Combinados para o funcionamento da Rede ////// **12**

II Encontro da Rede IP - Outubro de 2024 ////// **13**
A Nova Cara da Pobreza ////// **13**
Programa Percursos Gerais ////// **14**

III Encontro da Rede IP - Dezembro de 2024 ////// **16**
Ações para Fortalecimento e Geração de Renda - Nossa Gente Paraná ////// **16**

IV Encontro Presencial da Rede IP – janeiro de 2025 ////// **17**
Diretrizes para Políticas de Superação da Pobreza ////// **18**
Desafios e Oportunidades no Desenvolvimento Social ////// **19**
Programa Gaúcho de Desenvolvimento ////// **20**

V Encontro da Rede IP - Fevereiro de 2025 ////// **22**
Programa Acredita no Primeiro Passo ////// **22**

VI Encontro da Rede IP - Março de 2025 ////// **24**
Apresentação do Programa Graduation Approach ////// **24**
Laura Almeida R. de Abreu | Professora do Insper ////// **24**

VII Encontro da Rede IP - Abril de 2025 ////// **25**
Programa Acessuas Trabalho ////// **25**

VIII Encontro Presencial da Rede IP - Maio de 2025 ////// **26**
Mapeamento de Oportunidades ////// **27**
Apresentação do Programa Decolagem ////// **28**
Arranjos Produtivos Locais: A experiência da Paraíba ////// **29**
Apresentação do Gabinete Goiás Social ////// **30**

IX Encontro da Rede IP - Junho de 2025 ////// **32**
Matriz de Maturidade das MPEs ////// **32**

X Encontro da Rede IP - Julho de 2025 ////// **33**
Evidências sobre a eficácia do Programa SINE ////// **33**
Apresentação do Programa SINE do Ceará ////// **35**
Apresentação do Programa SINE da Bahia ////// **36**

XI Encontro da Rede IP – Agosto de 2025 ////// **37**
Formação Profissional: Desafios e Soluções ////// **37**

Apresentação

Laura Muller Machado

No início deste século, a pobreza no Brasil tinha um perfil: um país onde a maioria da população vulnerável estava inserida no mercado de trabalho, o retrato da pobreza era o de trabalhadores pobres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2001, a taxa de ocupação dos brasileiros — razão entre a população trabalhando em qualquer tipo de trabalho e a população economicamente ativa — entre os 10% mais vulneráveis era de 54%. Vinte anos depois, o retrato da pobreza no Brasil mudou: em 2024, entre os 10% mais pobres, essa taxa caiu para 24%, menos da metade do que se registrava 23 anos atrás. Em outras palavras, o retrato atual é o de brasileiros mais pobres fora do mercado de trabalho.

O problema urge de respostas que deem conta de sua gravidade e, quanto mais se prolongar o enfrentamento, mais difícil se tornará sua solução. De acordo com o art. 6º da CRFB/88, o trabalho digno é um direito social assim como saúde, educação, entre outros. Assim, a inclusão ao trabalho é um direito e, portanto, um fim em si mesma, devendo ser garantida a todo cidadão brasileiro.

Talvez por essas razões, muitos são os gestores do setor público, do terceiro setor e pesquisadores que têm, espontaneamente, buscado fóruns de discussão, espaços de troca de conhecimento e evidências científicas que permitam o fortalecimento das políticas públicas de inclusão ao mundo do trabalho.

O Brasil, em particular, tem importantes fóruns de discussão sobre políticas de transferência de renda como instrumentos de proteção social, um grande marco para o país. O país também dispõe de importantes fóruns de fortalecimento das políticas de trabalho, bastante centralizadas no setor formal e no empreendedorismo. No entanto, talvez falte o olhar de inclusão ao trabalho para os mais pobres, nos falta compreender quais mecanismos de transferência de renda e quais serviços produtivos precisam estar adequados e disponíveis para que seja possível reverter a violação do direito ao trabalho dos mais pobres que está em curso.

Nesse contexto, não é surpreendente que, organicamente, a partir de um conjunto de atores preocupados com o não retrocesso do direito ao trabalho, tenha se formado a REDE DE PRÁTICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA. A Rede se propõe a disponibilizar um espaço aberto e voluntário de trocas tácitas e científicas sobre como fortalecer as diferentes estratégias brasileiras para a inclusão produtiva.

Ao longo do primeiro ano de funcionamento, a Rede realizou 11 encontros, com mais de 130 participantes, representando 58 organizações, governamentais e não governamentais. Muitas foram as políticas públicas e as pesquisas de inclusão ao trabalho apresentadas e discutidas em um fórum numeroso e participativo. Este relatório é um compilado dos produtos e resultados deste grupo, organizados de forma sistemática para garantir a perpetuação dos conhecimentos compartilhados. Nesse mesmo intuito, os resultados serão publicados anualmente, em prol de fortalecer e inspirar todos os interessados em superar esse relevante problema público brasileiro: a falta de inclusão produtiva.

Palavras dos nossos parceiros

"O apoio ao Núcleo de Políticas Educacionais e de Inclusão Produtiva e à Rede de Práticas sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva reflete o compromisso da Fundação Arymax com a produção e disseminação de evidências para apoiar o desenho e implementação de políticas públicas mais eficazes. Ao reunir gestores públicos de todo o país em torno da causa da Inclusão Produtiva, a Rede gera espaços de confiança que permitem a troca de saberes e experiências, contribuindo assim para qualificar programas e ações que geram inclusão, trabalho e renda para a população em maior vulnerabilidade socioeconômica no Brasil."

Vivianne Naigeborin
Superintendente da Fundação Arymax

"Acreditamos que tudo o que fazemos bem precisa ir além dos nossos muros, gerando transformação real em toda a sociedade. Movidos por esse compromisso, apoiamos o Núcleo de Políticas Educacionais e de Inclusão Produtiva e a Rede de Práticas sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva, fortalecendo iniciativas que promovem capacitação e geração de renda para diferentes públicos em situação de vulnerabilidade social. Ao compartilhar a expertise do nosso negócio com quem mais precisa — e com quem também integra nosso ecossistema — contribuímos para reduzir a exclusão social, impulsionar a produtividade do país e construir um futuro mais justo e próspero. Acreditamos no poder das redes como catalisadoras de impacto coletivo, capazes de ampliar o alcance das boas práticas e acelerar transformações sociais duradouras."

Laura Aguiar
Diretora de Impacto e Relações com a Sociedade da Ambev

1. **Objetivos da Rede**

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma mudança profunda na configuração da pobreza. Se antes os mais pobres eram, em grande parte, trabalhadores de baixa renda, hoje são, cada vez mais, pessoas que sequer têm acesso a oportunidades produtivas. A ausência do direito ao trabalho passou a ser o traço predominante da pobreza brasileira, impondo às políticas públicas o desafio de garantir não apenas a proteção social, mas também inclusão produtiva como direito.

Foi nesse contexto que o Núcleo de Política Educacional e Inclusão Produtiva do Insper (NPEIP) criou, em setembro de 2024, a **Rede de Práticas sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva**. A Rede nasce com o propósito de conectar experiências, evidências e diferentes agentes comprometidos com o enfrentamento da pobreza a partir do fortalecimento de políticas públicas que promovam o acesso ao trabalho digno e sustentável.

Com encontros mensais abertos, a Rede é um espaço contínuo, aberto e voluntário para discussão, troca de práticas e colaboração sobre políticas públicas, aberto e voluntário reunindo gestores públicos, pesquisadores, profissionais do terceiro setor e demais interessados na agenda de inclusão produtiva, com atuação em todo o território nacional.

O que é Inclusão Produtiva?

É a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no mundo do trabalho, diminuindo sua exclusão social e aumentando a produtividade do país.

(ARYMAX)

Ao longo do primeiro ano de funcionamento, a Rede realizou 11 encontros, sendo dois presenciais, no Insper, e nove remotos, realizados via Teams, com duração de duas horas cada. Mais de 130 participantes já passaram por esses encontros, representando 58 organizações, dentre elas 23 governamentais e 25 não governamentais. Entre os participantes, destacam-se três ministérios do governo federal, 15 secretarias estaduais, uma secretaria municipal e 25 organizações do terceiro setor. Os encontros são marcados pela análise de casos concretos, apresentação de evidências nacionais e internacionais e discussão de desafios territoriais.

A gestão da Rede é realizada pela equipe do Insper vinculada ao NPEIP, sob a liderança científica do professor titular Ricardo Paes de Barros. A Rede foi idealizada e é coordenada pela professora Laura Muller Machado, com apoio da professora Laura Almeida Ramos de Abreu na coordenação executiva. Em 2025 a equipe também conta com a atuação da assistente de pesquisa Juliana Raineri Haddad, mestranda em Políticas Públicas.

Além de organizar os encontros mensais, a Rede realiza a curadoria dos conteúdos apresentados, mobiliza atores estratégicos para participarem das discussões e sistematiza os aprendizados gerados a partir da troca entre os participantes. Como parte de sua estratégia de contribuição para o desenho e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, a Rede também se propõe a:

» Disponibilizar todos os conteúdos compartilhados nos encontros em um repositório digital acessível aos participantes;

» Catalogar os diferentes programas e iniciativas que buscam promover a inclusão produtiva, documentando aspectos do desenho, implementação e resultados;

» Realizar um seminário nacional bienal com foco na difusão e aprofundamento das práticas desenvolvidas e discutidas ao longo dos ciclos da Rede.

Este relatório apresenta uma síntese das atividades realizadas em seu primeiro ano de existência, com o objetivo de registrar os aprendizados acumulados, dar visibilidade às experiências compartilhadas e fortalecer esse espaço de colaboração entre ciência e gestão pública. Ao reunir diferentes perspectivas e atores, a Rede reafirma seu compromisso com a superação da pobreza por meio da inclusão produtiva, e com a construção de políticas públicas mais justas, eficientes e baseadas em evidências.

2. **Documentação dos Resultados**

2.1. Encontros Realizados

Ao longo dos 11 encontros realizados até setembro de 2025, a equipe do NPEIP manteve como princípio garantir um ambiente seguro e acolhedor, onde gestores, pesquisadores e demais participantes pudessem expor livremente seus desafios, experimentações e aprendizados. Para preservar essa confiança, as reuniões não foram gravadas por vídeo ou áudio.

Reconhecendo, no entanto, a importância de registrar e sistematizar as práticas e aprendizados compartilhados, tanto para a memória institucional quanto para a difusão de boas experiências, o NPEIP adotou duas frentes complementares de documentação:

1. Curadoria dos materiais: todos os slides e demais arquivos apresentados foram reunidos em um repositório próprio da Rede, acessível aos membros mediante consentimento explícito dos autores.

2. O repositório, hospedado em drive compartilhado, é atualizado após cada encontro e estruturado por data e tema, facilitando a consulta.

Notas de campo: durante cada sessão, a equipe registrou de forma sistemática as mensagens apresentadas, assim como discussões e reflexões dos participantes.

As notas priorizam os conteúdos técnicos e lições aprendidas, sem expor informações sensíveis.

Tabela 1 – Encontros realizados no primeiro ciclo da Rede IP

	Data	Formato	Pauta	Apresentadores
1	30/9/2024	**Online**	Criação da Rede de Práticas sobre Políticas Públicas para a Inclusão Produtiva	Laura Muller Machado - Insper
2	31/10/2024	**Online**	A nova cara da pobreza	Laura Almeida R. de Abreu - Insper
			Programa Percursos Gerais	Amanda Gomes – SEDESE|MG
3	10/12/2024	**Online**	Ações para Fortalecimento e Geração de Renda - Nossa Gente Paraná	Quelen Coden – SEDEF|PR
4	30/1/2025	**Presencial**	Diretrizes para Políticas de Superação da Pobreza	Ricardo Paes de Barros - Insper Laura Almeida R. de Abreu - Insper
			Desafios e Oportunidades no Desenvolvimento Social	Elizabeth Jucá - CODEMGE
			Programa Gaúcho de Desenvolvimento	Theyllor Araújo - SEDS|RS
5	27/2/2025	**Online**	Programa Acredita no Primeiro Passo	Paulo Penha de Lima - MDS
6	27/3/2025	**Online**	Graduation Approach: estratégia de desenvolvimento comunitário para inclusão produtiva	Laura Almeida R. de Abreu - Insper
7	24/4/2025	**Online**	Programa Acessuas Trabalho	Alexandro Ferreira - MDS
8	29/5/2025	**Presencial**	Mapeamento de Oportunidades Produtivas	Laura Almeida R. de Abreu - Insper
			Programa Decolagem	Nina Rentel - Gerando Falcões
			Arranjos Produtivos Locais	Pollyana Dutra – SEDH|PB
			Goiás Social	Wellington de Lima – SEDS|GO
9	26/6/2025	**Online**	Matriz de maturidade das MPEs	Murilo Chaiben - MEMP
10	31/7/2025	**Online**	Avaliação do Programa SINE	Ricardo Paes de Barros – Insper
			Apresentação do Programa SINE do Ceará	Vladyson Viana – SET|CE
			Apresentação do Programa SINE da Bahia	Hebert Brito – SETRE|BA
11	28/8/2025	**Online**	Evidências sobre Qualificação Profissional	Ricardo Paes de Barros – Insper

O presente relatório resulta da síntese dessas duas fontes para os encontros realizados, conforme a Tabela 1. A tabela apresenta as datas, as pautas centrais e apresentadores dos 11 encontros deste primeiro ciclo da Rede. Com essa metodologia, a Rede busca reafirmar seu compromisso em equilibrar confidencialidade e transparência: garante-se um espaço de confiança para a troca franca de experiências, ao mesmo tempo em que se amplia o alcance dos aprendizados, fortalecendo a difusão de práticas para políticas públicas voltadas à inclusão produtiva.

2.2. Síntese das Discussões

2.2.1. **I ENCONTRO DA REDE IP - SETEMBRO DE 2024**

Combinados para o funcionamento da Rede

Laura Muller Machado | Coordenação do NPEIP e professora do Insper

O primeiro encontro da Rede marcou o início da articulação entre gestores públicos e pesquisadores para sistematizar práticas e promover o intercâmbio de experiências voltadas à inclusão produtiva. Coordenado por Laura Machado e Laura Abreu (NPEIP/Insper), o encontro contou com representantes dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná e teve como foco estabelecer as diretrizes iniciais para o funcionamento da Rede.

A proposta apresentada inclui a realização de reuniões mensais, criação de espaços estruturados para troca de experiências, análise de casos concretos e articulação com especialistas e literatura científica. Entre os temas priorizados para agendas futuras estão: seleção de beneficiários, complementariedade entre transferência de renda e serviços produtivos, e instrumentos de diagnóstico da demanda por inclusão produtiva. Foram destacadas sugestões para o fortalecimento da Rede, como a realização de encontros presenciais a partir de 2025 e a realização de eventos temáticos.

Gráfico que ilustra a evolução da taxa de subutilização da força de trabalho (25–65 anos), por faixa de renda per capita – Brasil, 2012–2023.

2.2.2. **II ENCONTRO DA REDE IP - OUTUBRO DE 2024**

A Nova Cara da Pobreza

Laura Almeida R. de Abreu | Professora do Insper

Com base nos dados mais recentes da PNADC (2023), a apresentação discutiu mudanças significativas no perfil da pobreza no Brasil. Enquanto no início dos anos 2000 a pobreza era predominantemente marcada pelo acesso a ocupações informais e de baixa remuneração, os dados atuais indicam que uma parcela crescente da população pobre não está inserida no mercado de trabalho.

Entre os 5% mais pobres, a renda do trabalho por adulto caiu, em média, 9% ao ano entre 2012-14 e 2021-23 — uma queda fortemente associada à redução da taxa de ocupação, que chegou a apenas 11% em 2023 nesse grupo.

Foi destacado ainda o papel da taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui pessoas desocupadas, subocupadas e desalentadas. Entre os mais pobres, essa taxa ultrapassou 80% em anos recentes, revelando que a pobreza atual está cada vez mais relacionada à falta de acesso a oportunidades produtivas, e não apenas à precariedade do trabalho. Esse cenário reforça a urgência de políticas para inclusão produtiva.

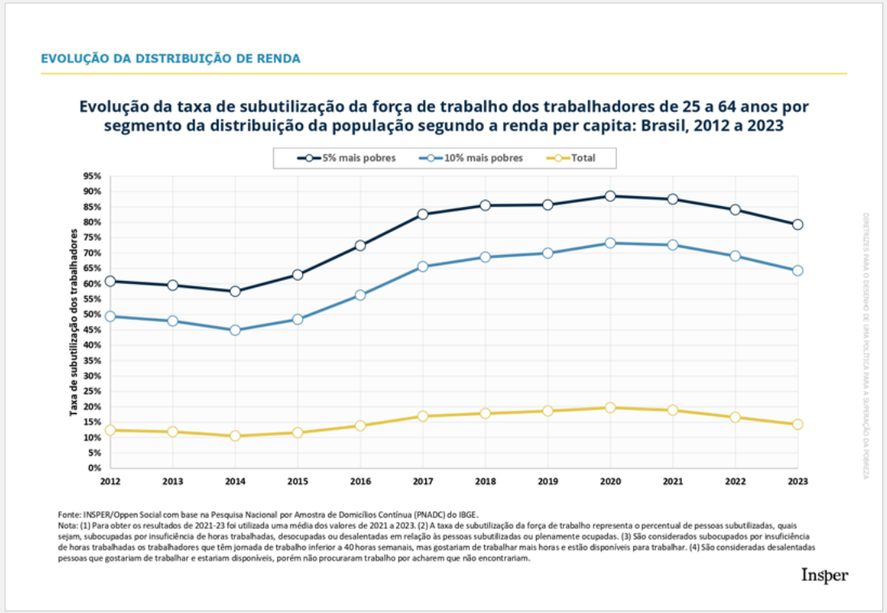


Gráfico que ilustra a evolução da taxa de subutilização da força de trabalho (25–65 anos), por faixa de renda per capita – Brasil, 2012–2023.

PARA SABER MAIS

Programa Percursos Gerais

Amanda Gomes | Chefe do Escritório de Projetos e Inovação da SEDESE (MG)

O Percursos Gerais é um programa intersetorial da SEDESE-MG voltado à redução de vulnerabilidades sociais e à promoção da autonomia de famílias em situação de pobreza em municípios rurais de Minas Gerais. Com ênfase na inclusão produtiva, articula ações nas áreas de assistência social, segurança alimentar, esporte e lazer, melhoria habitacional e desenvolvimento socioprodutivo.

A principal estratégia do programa é o acompanhamento contínuo das famílias, com base em uma jornada para a autonomia, que inclui: entrega de kits produtivos (irrigação e apoio à produção); assessoramento técnico e produtivo; formações para qualificação; fomento à comercialização por meio da participação em espaços locais em feiras, mercados e até vendas online.

» Kit de irrigação: inclui caixa d'água de mil litros, filtro, registro, conectores e tubo gotejador — garantindo abastecimento hídrico para a produção agrícola familiar.

» Kit de apoio à produção: composto por sementes de 10 variedades e ferramentas agrícolas (enxada, pá, regador, entre outros), voltado ao cultivo imediato e diversificado de alimentos.

» A entrega dos kits é acompanhada de ações formativas e apoio técnico, visando consolidar trajetórias de inclusão produtiva e fortalecimento da autonomia das famílias atendidas.

Durante a apresentação, foi destacado o perfil de saída das famílias do programa, com critérios objetivos de graduação do atendimento, conforme definido na Cartilha do Programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia.

Programa Percursos Gerais: Fluxo de acompanhamento do Programa Percursos Gerais e integração das ações intersetoriais para promoção da autonomia das famílias.

PARA SABER MAIS

2.2.3 III ENCONTRO DA REDE IP - DEZEMBRO DE 2024

Ações para Fortalecimento e Geração de Renda - Nossa Gente Paraná

Quelen Silveira Coden | Coordenadora da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da SEDEF (PR)

O **Programa Nossa Gente Paraná** é uma iniciativa do Governo do Estado para atender famílias em situação de vulnerabilidade social. Elas recebem acompanhamento multissetorial visando à emancipação. Entre as ações de geração de renda estão qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento da agricultura familiar.

Arcos Ocupacionais: Em parceria com municípios e Agências do Trabalhador, o programa contrata empresas para cursos de 60 horas, em quatro módulos. As opções foram definidas a partir de entrevistas com empresas locais e dados do Ministério do Trabalho.

Primeiro Emprego: Em parceria com municípios, Agências do Trabalhador e CIEE, oferece cursos de 4 horas voltados a jovens e adultos, nas áreas de administração, comércio e serviços. Os conteúdos incluem relações interpessoais, negociação e gestão financeira.

Recomeça Paraná: Em parceria com SEBRAE e municípios, disponibiliza cursos online de empreendedorismo autônomo, em três módulos com duas trilhas cada. A conclusão gera pagamentos de até R$ 900,00.

Projeto Agricultor Familiar: Para famílias rurais, oferece assistência técnica, elaboração de projetos produtivos, repasse de até R$ 6 mil e acompanhamento para sustentabilidade das ações.

A seleção é feita pelos CRAS, priorizando famílias do Programa. Vagas remanescentes são abertas a inscritos no Cadastro Único em alta vulnerabilidade.

Famílias participantes do Projeto Complementar Agricultor Familiar, no âmbito do Programa Nossa Gente Paraná, fortalecendo a agricultura familiar com assistência técnica, repasse de recursos e produção diversificada para geração de renda no meio rural.

PARA SABER MAIS

2.2.4. IV ENCONTRO PRESENCIAL DA REDE IP – JANEIRO DE 2025

O IV Encontro da Rede foi realizado presencialmente em 30 de janeiro de 2025 na sede do Insper, reunindo representantes de secretarias estaduais e municipais, organizações do terceiro setor e pesquisadores. O evento, organizado pelo NPEIP, proporcionou um espaço para troca de experiências práticas e reflexões acadêmicas sobre políticas de inclusão produtiva.

Participantes do IV Encontro da Rede IP realizado presencialmente no Insper em janeiro de 2025.

APRESENTAÇÃO 1

Diretrizes para Políticas de Superação da Pobreza

Laura Almeida R. de Abreu | Professora do Insper
Ricardo Paes de Barros | Professor do Insper

Laura Abreu e Ricardo Paes de Barros apresentaram o diagrama que organiza as diferentes alternativas de serviços produtivos, com exemplos dos principais programas ofertados no Brasil. No diagrama se destaca que a garantia do direito ao trabalho com remuneração decente (inclusão produtiva) ocorre por meio da combinação de dois tipos de políticas:

» Políticas Econômicas, que promovem a disponibilidade e a qualidade das oportunidades de trabalho ofertadas;

» Políticas de Trabalho e Renda, que conectam as pessoas sem trabalho a oportunidades existentes.

» Essa sistematização evidencia que, para o sucesso da inclusão produtiva, há a necessidade de integração de políticas públicas de diferentes naturezas, para superar barreiras estruturais e garantir o real acesso ao trabalho em contextos urbanos e rurais, contribuindo para a superação da pobreza.

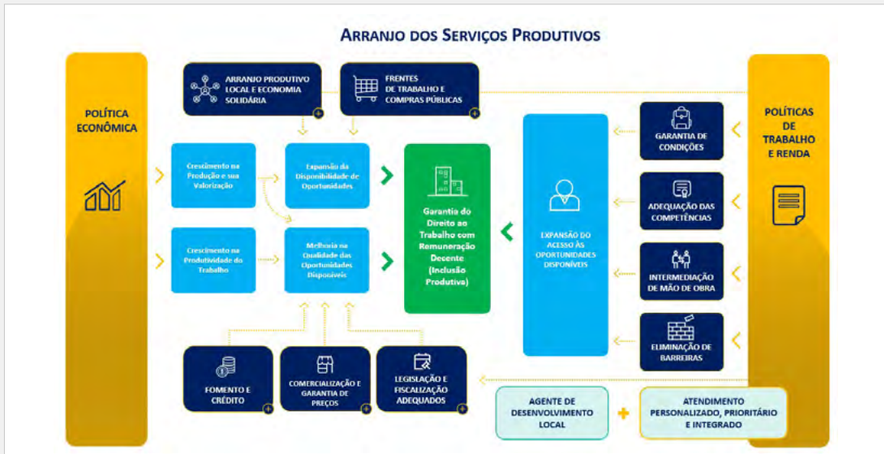


Diagrama que organiza os arranjos dos serviços produtivos, evidenciando como a inclusão produtiva — entendida como garantia do direito ao trabalho com remuneração decente — depende da integração entre políticas econômicas (voltadas à expansão e melhoria da oferta de oportunidades) e políticas de trabalho e renda (voltadas à adequação de competências, intermediação e superação de barreiras).

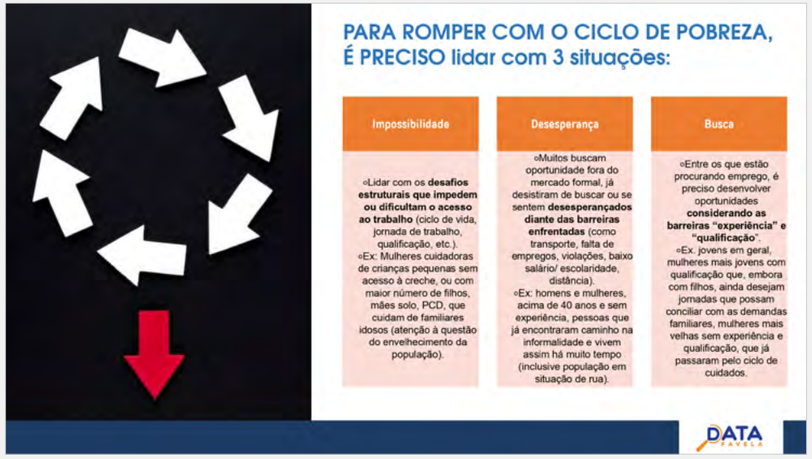
PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO 2

Desafios e Oportunidades no Desenvolvimento Social

Elizabeth Jucá | Assessora da Presidência da CODEMGE

Foram apresentados os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada em 2022 para o Governo de Minas Gerais (Sedese-MG), com apoio da Comunitas, pelo Instituto Locomotiva/ Data Favela. A pesquisa buscou compreender o problema da pobreza de forma intersetorial, mapeando os fatores que impedem cidadãos em situação de vulnerabilidade de acessar as iniciativas de inclusão produtiva através da realização de entrevistas com o público-alvo das políticas de desenvolvimento social em Minas Gerais. Um dos resultados mais marcantes do estudo foi a identificação do chamado “tripé da negativa do acesso ao trabalho”: (i) impossibilidade — desafios estruturais que dificultam ou impedem o acesso ao trabalho, como falta de creche ou transporte; (ii) desesperança — desalento diante das barreiras enfrentadas; e (iii) busca — situações em que as oportunidades disponíveis não atendem às reais necessidades das pessoas. Esse tripé foi resultado da pesquisa e serve como referência para orientar a formulação de políticas capazes de superar as barreiras estruturais e promover inclusão produtiva efetiva.



Tripé da negativa do acesso ao trabalho: impossibilidade, desesperança e busca — barreiras estruturais à inclusão produtiva identificadas pela pesquisa Data Favela (2022).

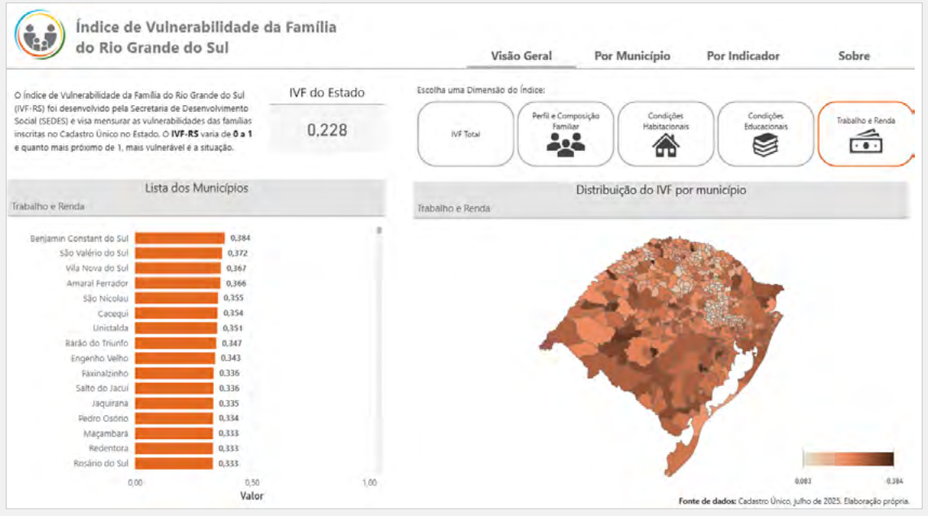
PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO 3

Programa Gaúcho de Desenvolvimento

Theyllor Araújo | Chefe da Divisão do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul

Theyllor Araújo apresentou o **Plano Estadual de Inclusão Socioprodutiva do Rio Grande do Sul**, que parte de um levantamento das políticas e serviços já oferecidos por diversas secretarias, incluindo ações de qualificação profissional, desenvolvimento rural e educação técnica. Também foi destacado o **Plano Rio Grande**, com vertentes emergenciais e de reconstrução criadas em resposta às enchentes de 2024. Além disso, descreveu o **Diagnóstico de Inclusão Socioprodutiva Gaúcho**, ação que está mapeando as condições econômicas e financeiras das famílias inscritas no CadÚnico, por meio da aplicação de questionários a uma amostra de 5% desse público. Esse diagnóstico será avaliado por meio do **Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF)**, que mensurará as vulnerabilidades das famílias e permitirá identificar os encaminhamentos mais adequados aos programas sociais. O IVF gaúcho possui enfoque multifacetado, considerando diferentes dimensões da vulnerabilidade social, e tem como objetivos principais promover a inclusão social, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população. Por fim, foi detalhada a proposta de um **novo programa estadual**, que prevê a capacitação profissional de mais de 2 mil famílias em sete áreas estratégicas — gastronomia, manutenção de obras, eletricista, manicure, barbearia, informática e auxiliar administrativo — com vistas a promover a inclusão produtiva e apoiar a reconstrução das famílias após os eventos climáticos. O programa prevê ainda apoio logístico, disponibilização de espaços para crianças e o fornecimento de kits de ferramentas aos participantes.



Distribuição do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF) no RS na dimensão “Trabalho e Renda” — ferramenta que orienta políticas de inclusão socioprodutiva e reconstrução social

DESTAQUES DO ENCONTRO

Ricardo Paes de Barros | Professor do Insper

Destacou que um dos maiores equívocos no combate à pobreza é subestimar os ativos dos pobres. Defendeu que, antes de oferecer novos recursos, é preciso reconhecer e valorizar os que já possuem. Ressaltou que muitas vezes uma certificação de habilidades já existentes pode ser mais eficaz do que um novo curso, e que as evidências mostram que a qualificação gera impacto em empregabilidade quando alinhada às demandas do mercado.

PARA SABER MAIS

REFLEXÕES FINAIS

O encontro evidenciou como a inclusão produtiva, para além de gerar renda, é um caminho essencial para a superação da pobreza com dignidade e autonomia. As apresentações mostraram que esse processo exige políticas integradas que reconheçam e valorizem os ativos já presentes nas comunidades, aliadas ao fortalecimento das vocações locais e ao enfrentamento das barreiras estruturais ao trabalho. A necessidade de combinar políticas econômicas e de trabalho e renda, como destacado no diagrama apresentado, reforça a importância da articulação intersetorial e da construção de soluções conectadas às realidades territoriais. O evento reafirmou o compromisso da Rede de Práticas em estimular a colaboração entre estados, municípios, academia e sociedade civil, impulsionando o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências e voltadas à inclusão produtiva no Brasil.

2.2.5 **V ENCONTRO DA REDE IP - FEVEREIRO DE 2025**

Programa Acredita no Primeiro Passo

Paulo Penha de Lima | Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Programas e Ações de Inserção no Trabalho do MDS

O programa federal *Acredita no Primeiro Passo* é uma iniciativa que tem como objetivo promover a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de oportunidades de qualificação, empreendedorismo e empregabilidade, tendo como público-alvo os inscritos no Cadastro Único. O programa se estrutura em três eixos: (a) acesso ao emprego, articulando iniciativas públicas e privadas e mapeando oportunidades nos territórios; (b) qualificação profissional, que integra capacitação e elevação da escolaridade; e (c) apoio ao empreendedorismo, com fomento urbano, assistência técnica, educação empreendedora e financeira, incentivo a arranjos produtivos e acesso ao microcrédito.

Entre os destaques da apresentação estiveram o *Fundo Garantidor de Operações (FGO Acredita)*, destinado ao microcrédito orientado, e a atuação dos estruturadores de negócios, responsáveis por conectar beneficiários a oportunidades de geração de renda. A plataforma digital do programa visa ampliar o alcance territorial, facilitando o acesso a vagas, formações e crédito.

Programa Acredita no Primeiro Passo: inclusão produtiva via emprego, qualificação e empreendedorismo para famílias do CadÚnico.

PARA SABER MAIS

2.2.6 **VI ENCONTRO DA REDE IP - MARÇO DE 2025**

Apresentação do Programa Graduation Approach

Laura Almeida R. de Abreu | Professora do Insper

Foi apresentado o desenho do *Graduation Approach* — uma metodologia estruturada para superar a extrema pobreza e promover a inclusão produtiva, iniciada em Bangladesh pela BRAC Foundation. Mais do que um conjunto de etapas — que inclui a seleção de famílias, apoio ao consumo, capacitação técnica, acesso a serviços financeiros e mentoria — o modelo se diferencia por adotar uma abordagem pré-formatada e estruturada em trilhas para a inclusão produtiva das famílias.

Diferente de abordagens personalizadas e adaptadas às necessidades específicas de cada núcleo familiar, o *Graduation Approach* opera com uma oferta padronizada e limitada de serviços, baseada em um percurso previamente definido. Entre as vantagens desse modelo, destaca-se o fato de partir do mapeamento das oportunidades produtivas já existentes em uma comunidade, o que permite fortalecer as conexões locais, o capital social e o desenvolvimento territorial.

Imagem da capa do livro "Da Pobreza Extrema a Meios de Vida Sustentáveis: Um Guia Técnico sobre a Abordagem de Graduação", trazendo uma das abordagens de superação da pobreza através da inclusão produtiva para famílias do meio rural de Bangladesh.

PARA SABER MAIS, BAIXE O GUIA EM PDF

2.2.7 **VII ENCONTRO DA REDE IP - ABRIL DE 2025**

Programa Acessuas Trabalho

Alexandro Ferreira| Coordenador do Programa Acessuas Trabalho da Secretaria de Proteção Social Básica do MDS

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (*Acessuas Trabalho*) é uma estratégia da Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltada a ampliar as possibilidades de inserção social e produtiva de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. O programa busca fortalecer a autonomia e o protagonismo de pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de informações, orientação sobre direitos, desenvolvimento de habilidades e articulação com políticas setoriais. O **Acessuas Trabalho** organiza suas ações em ciclos de oficinas coletivas que abordam a identificação dos usuários e da rede de parceiros, o desenvolvimento de habilidades e a orientação para o mundo do trabalho, a elaboração de projetos de vida e o acesso a direitos. A proposta metodológica valoriza o território e as experiências dos participantes, articulando o acesso ao trabalho a partir das realidades locais e das redes de proteção social. Presente em 1.021 municípios, o programa já atendeu 278.016 usuários em 23.271 grupos e 103.563 oficinas, com maioria de mulheres (72%) e jovens de 16 a 29 anos (51%). Sua efetividade depende da articulação com a rede socioassistencial e com políticas setoriais como educação, trabalho, juventude, igualdade racial, população LGBT, população em situação de rua e economia solidária, sendo este o principal desafio para ampliar oportunidades, fortalecer a autonomia e promover a cidadania dos usuários.

Etapas do Programa Acessuas Trabalho: identificação, habilidades, oportunidades e monitoramento — articuladas para promover autonomia e inclusão produtiva.

PARA SABER MAIS

2.2.8. **VIII ENCONTRO PRESENCIAL DA REDE IP - MAIO DE 2025**

O VIII Encontro da Rede de Práticas – foi realizado presencialmente em 29 de maio de 2025 no Insper, novamente reunindo representantes de secretarias estaduais e municipais, organizações do terceiro setor e pesquisadores. O evento proporcionou um espaço para troca de experiências práticas e reflexões acadêmicas sobre políticas de inclusão produtiva.

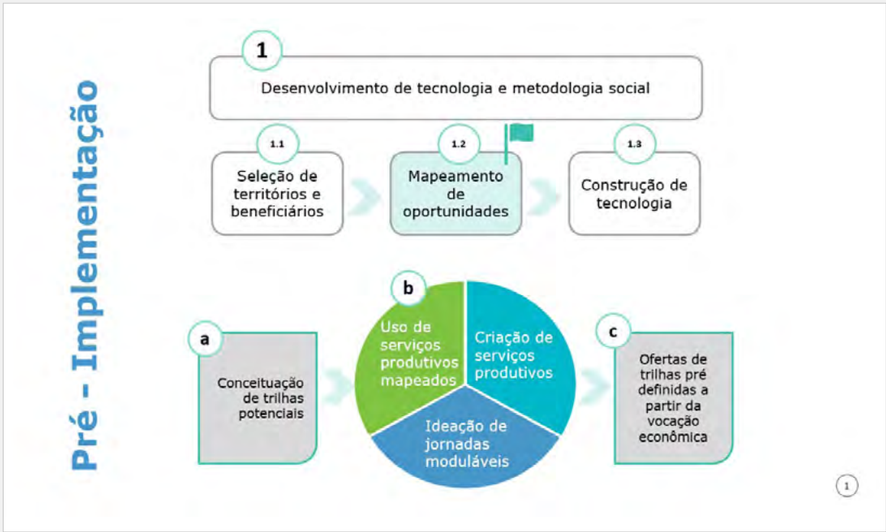
Participantes do VIII Encontro da Rede IP realizado presencialmente no Insper em maio de 2025.

APRESENTAÇÃO 1

Mapeamento de Oportunidades

Laura Almeida R. de Abreu | Professora do Insper

O mapeamento de oportunidades produtivas é destacado como uma etapa central para o desenho de políticas de inclusão produtiva efetivas e conectadas ao território. O desafio para o sucesso dessa etapa não está apenas em constatar se há oportunidades disponíveis, mas entender os gargalos que dificultam o acesso a elas e criar caminhos que conectem a população vulnerável às vocações econômicas locais. Para a realização desse mapeamento é indicado buscar dados secundários, mas especialmente, conversar com os principais atores dos territórios, de forma contínua, que envolve o levantamento das frentes de trabalho, arranjos produtivos locais, iniciativas de economia solidária e possibilidades de geração de renda por conta própria.



Etapas de pré-implementação de uma política para inclusão produtiva: seleção de territórios, mapeamento de oportunidades e criação de trilhas conectadas às vocações locais.

PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO 2

Apresentação do Programa Decolagem

Nina Rentel | Diretora de Tecnologias Sociais na Gerando Falcões

O *Programa Decolagem* é uma tecnologia social criada para promover a superação da pobreza nas favelas brasileiras. O programa combina acompanhamento psicossocial, mentoria e conexão com políticas públicas para construir trilhas individuais de emancipação social, alinhadas aos sonhos e metas das famílias. O *Decolagem* conta com um ecossistema de apoio que envolve assistentes sociais, psicólogos, mentores e parceiros, articulando estratégias de geração de renda, acesso a direitos e fortalecimento comunitário. Um diferencial do programa é o uso de ferramentas como o *Índice Gerando Falcões (IGF)* e a *Mandala de Impacto Social*, que monitoram a evolução das famílias em oito dimensões relevantes para a superação da pobreza: geração de renda, moradia digna, direito à educação, saúde, autonomia da mulher, cidadania e cultura de paz, primeira infância, e acesso a esporte, cultura e lazer.

Criança sentada sobre a mandala do impacto social que norteia o mapeamento das oito dimensões consideradas pelo programa como relevantes para a superação da pobreza.

PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO 3

Arranjos Produtivos Locais: A experiência da Paraíba

Pollyana Dutra | Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba

A experiência do estado da Paraíba com Arranjos Produtivos Locais foi destaque como uma estratégia para a inclusão produtiva e superação da pobreza em comunidades vulneráveis. A política é implementada com a adoção de um edital estadual que busca fomentar a geração de trabalho e renda por meio do fortalecimento dos produtos da agricultura familiar, do estímulo à economia solidária, do desenvolvimento de cadeias produtivas locais e da capacitação de públicos vulneráveis. O programa apoia cooperativas e organizações sociais que atuam com comunidades em situação de vulnerabilidade, com investimentos entre R$ 100 mil e R$ 200 mil por projeto aprovado, para iniciativas com duração de 6 a 12 meses. Pollyana destacou casos exitosos como a Cooperativa dos Floricultores em Pilões, a produção de arroz vermelho em São João do Rio do Peixe, a apicultura no interior, os laticínios cooperativos e as padarias solares. A secretária reforçou que o foco da política está em promover o protagonismo comunitário, melhorar o escoamento da produção e garantir renda, cidadania e desenvolvimento regional sustentável.

Edital Social da Paraíba: apoio a arranjos produtivos locais para fortalecer agricultura familiar, economia solidária e geração de renda.

PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO 4

Apresentação do Gabinete Goiás Social

Wellington de Lima | Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás

Criado em 2019, o Goiás Social integra e organiza as políticas sociais de forma contínua e estruturada, com base na articulação de três eixos: emergencial (segurança alimentar e garantia de direitos básicos), protetivo (transferência de renda e benefícios sociais) e emancipatório (inclusão produtiva e geração de oportunidades). No eixo emergencial, o programa reúne iniciativas como a distribuição de cestas básicas, refeições nos Restaurantes do Bem e emissão de documentos. No protetivo, engloba benefícios como o Mães de Goiás, Aluguel Social, Dignidade Menstrual e bolsas estudantis. Já no emancipatório, destaca-se o conjunto de ações de inclusão produtiva que combinam capacitação profissional, articulação com o setor produtivo e apoio financeiro, como o Crédito Social Empreender e o Bolsa Qualificação. Wellington ressaltou que o diferencial do social em Goiás está em:

1. Ter um Fundo de Combate à Pobreza (Fundo Protege), que garante recursos a todos os programas sociais;

2. Ter um Gabinete de Políticas Sociais (GPS), como estrutura da Governadoria e coordenado pela primeira-dama, que decide a aplicação dos recursos do Fundo Protege, monitora e avalia os programas sociais;

3. O GPS também coordena a integração entre as pastas do governo estadual, no que tange aos programas sociais, além de articular junto às prefeituras, Sistema S, universidades, setor produtivo e organizações da sociedade civil, buscando esforços conforme as vocações e necessidades de cada território, e transformando as políticas sociais em ações efetivas para romper o ciclo da pobreza.

Diagrama representativo da articulação promovida pelo Goiás Social/GPS com os diversos atores responsáveis pela implementação das políticas sociais no estado.

PARA SABER MAIS

REFLEXÕES FINAIS

O VIII Encontro da Rede buscou aprofundar a compreensão sobre diferentes estratégias de inclusão produtiva adotadas em contextos diversos, com base em experiências concretas desenvolvidas por governos estaduais, organizações da sociedade civil ou iniciativas intersetoriais.

As discussões sugerem que políticas voltadas à superação da pobreza, quando ancoradas no território e sensíveis às vocações econômicas locais, podem ampliar as chances de inserção produtiva de populações em situação de

vulnerabilidade. Experiências como o mapeamento de oportunidades produtivas, a atuação em arranjos produtivos locais e a adoção de modelos estruturados de acompanhamento e emancipação social mostram diferentes caminhos possíveis.

Os casos apresentados indicam a importância de três elementos recorrentes: (a) o uso de diagnósticos qualificados sobre territórios e vocações econômicas para orientar intervenções; (b) uma governança capaz de promover a integração entre políticas de diferentes naturezas e esferas; (c) e a continuidade do apoio e acompanhamento às famílias ao longo do tempo.

2.2.9 **IX ENCONTRO DA REDE IP - JUNHO DE 2025**

Matriz de Maturidade das MPEs

Murilo Chaiben | Coordenador-Geral de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do MEMP

A Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PNADEMPE) foi instituída pelo Decreto nº 11.993/2024, e propõe um olhar mais abrangente sobre o universo das MPEs, indo além do faturamento e do número de empregados, para reconhecer a diversidade de perfis e estágios de desenvolvimento dos negócios. Foi apresentada uma proposta de Matriz de Maturidade, inspirada em modelos internacionais e adaptada ao contexto brasileiro, que classifica as empresas conforme seu tipo (individual, de rua, fornecedora, alto potencial de crescimento, rural) e estágio de evolução (informalidade, existência, sobrevivência, sucesso, decolagem).

Murilo destacou que a proposta da matriz é permitir um diagnóstico mais preciso das necessidades das empresas em cada fase, orientando quais serviços e políticas públicas devem ser direcionadas a cada grupo, como crédito, capacitação, acesso ao mercado. Em discussão na Rede, surge que seria essencial repensar normas, regras tributárias e trabalhistas de forma a permitir que os pequenos negócios cresçam antes de serem sobrecarregados por exigências que dificultem sua trajetória.

MATRIZ DE MPEs

	MATURIDADE						
				Sucesso (Transição)			Madura em
Tipo de Empresa	Informal	Existência	Sobrevivência	Descolamento	Crescimento	Decolagem	Recursos
Individual							
de Rua							
Fornecedora							
Alto pontecial de cresimento							
Rural							

Fonte: Elaboração própria a partir da junção dos artigos: The Five Stages of Small-Business Growth (https://hbr.org/1983/05/the-five-stages-of-small-business-growth) e The 4 Types of Small Businesses, and Why Each One Matters (https://hbr.org/2015/04/the-4-types-of-small-businesses-and-why-each-one-matters), com adaptações ao adicionar o nível de maturidade Informal e as empreas rurais, apesar dessas poderem estar contempladas na "Existência" e como empresas "Fornecedoras", mas o destaque ajuda na visão mais realista no cenário brasileiro

Matriz de Maturidade das MPEs: tipologia e estágios de desenvolvimento para orientar políticas de apoio a pequenos negócios.

PARA SABER MAIS

2.2.10 **X ENCONTRO DA REDE IP - JULHO DE 2025**

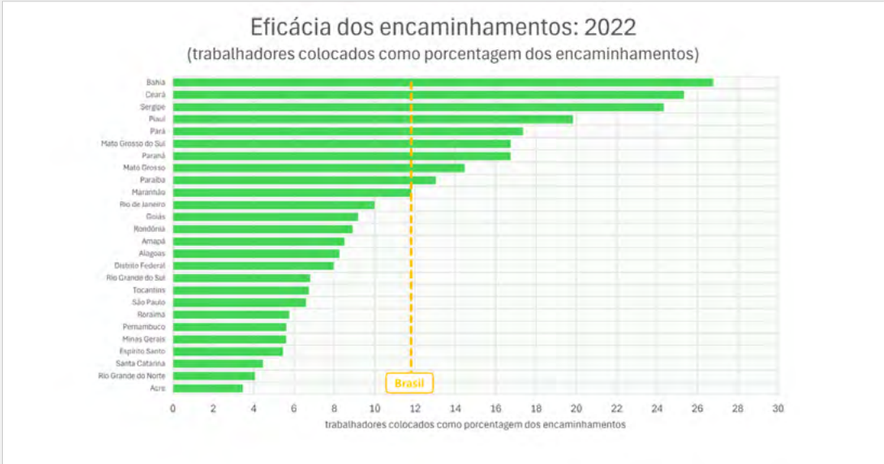
Evidências sobre a eficácia do Programa SINE

Ricardo Paes de Barros | Professor do Insper

O professor Ricardo Paes de Barros destacou a magnitude do mercado de trabalho brasileiro, que registra aproximadamente 25 milhões de novos contratos de trabalho a cada ano. Apesar desse dinamismo, apenas

cerca de 1,5% dos trabalhadores recorrem às agências do SINE para buscar emprego, optando majoritariamente pela busca direta. Além da baixa utilização pelos trabalhadores, ressaltou-se que, enquanto países da OCDE investem em média 0,05% do PIB em serviços de intermediação de mão de obra, o Brasil destina um valor 50 vezes menor. Nesse contexto, avaliações sobre a eficácia do SINE no Brasil indicam limitações importantes na sua capacidade de ampliar as chances de inserção no mercado de trabalho ou de facilitar o acesso a melhores oportunidades.

Ainda assim, o modelo de funcionamento do SINE é considerado essencial para o avanço da inclusão produtiva, desde que consiga oferecer maior agilidade nos encaminhamentos, ampliar a captação de vagas e trabalhadores, e incorporar inteligência para aprimorar a qualidade dos “casamentos” entre oferta e demanda de trabalho.



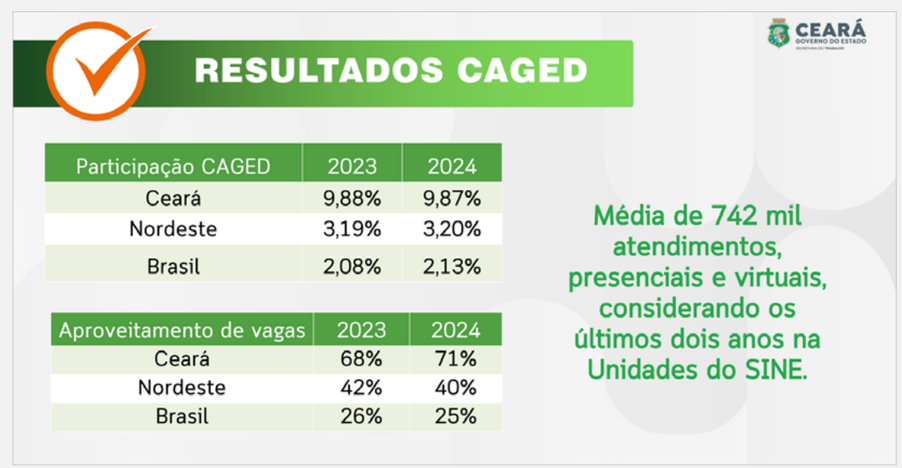
No panorama nacional, o Estado do Ceará é o com maior eficácia dos encaminhamentos de trabalhadores que buscam os serviços do Sine.

PARA SABER MAIS

Apresentação do Programa SINE do Ceará

Vladyson Viana | Secretário Estadual do Trabalho do Ceará

O Secretário do Trabalho do Ceará, Vladyson Viana, compartilhou a experiência do SINE em seu estado. Destacou que, no Ceará, o SINE atinge resultados expressivos: 1º do Nordeste e 5º do país em captação de vagas (121 mil em 2024), com quase 10% de todas as admissões formais no estado passando pelo sistema público. A taxa de aproveitamento de vagas chega a 70%, evidenciando a efetividade do modelo no Ceará. Em sua apresentação destacou as estratégias às quais atribui o sucesso do SINE no estado, citando parceria com uma organização social para a execução do serviço, o "Cartão Vai e Vem" (transporte gratuito para desempregados), programas de inclusão para grupos vulneráveis (PcD, LGBTQN+, mulheres vítimas de violência), e a integração com políticas de desenvolvimento econômico e social, como o "Ceará Sem Fome" e o "Ceará Cred" para o fomento ao empreendedorismo.



Participação CAGED	2023	2024
Ceará	9,88%	9,87%
Nordeste	3,19%	3,20%
Brasil	2,08%	2,13%

Aproveitamento de vagas	2023	2024
Ceará	68%	71%
Nordeste	42%	40%
Brasil	26%	25%

Resultados SINE Ceará: quase 10% das admissões formais em 2024, com 71% de aproveitamento de vagas.

Apresentação do Programa SINE da Bahia

Herbert Brito | Coordenador Geral da Casa do Trabalhador da Bahia

Por fim, Herbert Brito, Coordenador Geral da Casa do Trabalho da Bahia, apresentou a estrutura e os desafios da rede SINE no estado. Tratou também da abrangência da Rede SINE Bahia, com 123 unidades em 103 municípios, destacando a importância da "Casa do Trabalhador" para integrar serviços e atender ao público do primeiro emprego, que majoritariamente busca o sistema público. Entre as estratégias de sucesso, mencionou ações de cadastramento junto a instituições de educação profissional e a capacitação contínua dos colaboradores. Em 2025, a Bahia se posicionou como o 2º estado no país em número de colocados profissionalmente via Sine. Também destacou ações de inclusão para PcDs, público LGBTQN+, mulheres e homens negros focadas em atendimento personalizado e inserção de qualidade.

DESEMPENHO REDE SINEBAHIA
2024 – 2025

	INDICADOR (2024-2025*)		
	VAGAS	ENCAMINHADOS	COLOCADOS
BAHIA	104 mil	155,2 mil	52 mil
SALVADOR (CASA DO TRABALHADOR)	22,2 mil	31,9 mil	4,3 mil

*Dados de 2025 referem-se ao período de jan-jun

Resultados SINE Bahia: 52 mil trabalhadores inseridos com destaque para a atuação da Casa do Trabalhador.

2.2.11 **XI ENCONTRO DA REDE IP – AGOSTO DE 2025**

Formação Profissional: Desafios e Soluções

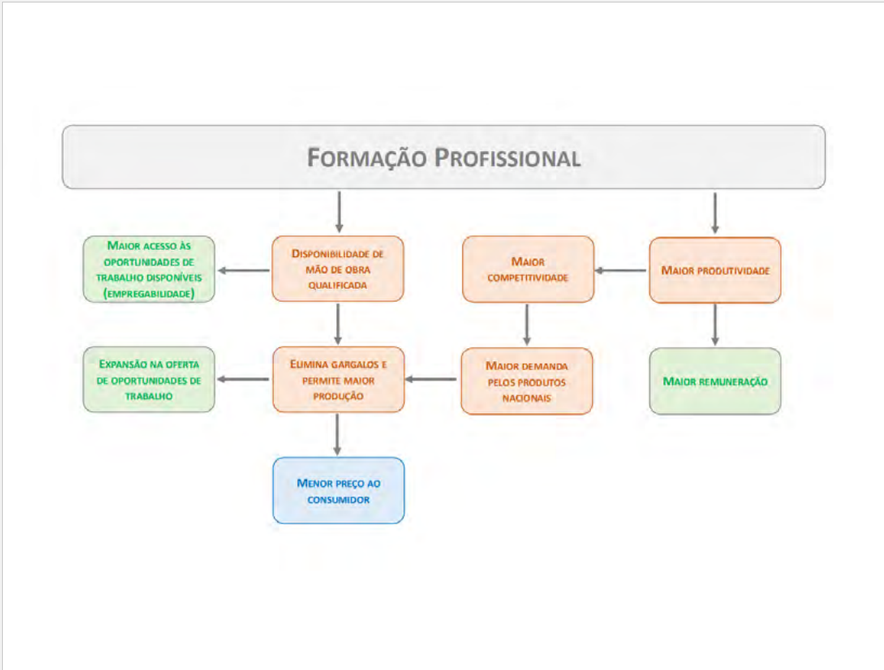
Ricardo Paes de Barros | Professor do Insper

O professor Ricardo Paes de Barros destacou o papel central da formação profissional para a elevação da produtividade do trabalhador brasileiro, fator determinante para a inclusão produtiva e a superação da pobreza. Ressaltou que, em vez de definir cursos de forma descolada da realidade, é essencial ouvir as empresas sobre as qualificações demandadas, garantindo impacto real no mercado de trabalho. Porém, apesar da importância do tema, o país enfrenta um grande déficit de formação e, ao mesmo tempo, a produtividade média dos trabalhadores brasileiros vem caindo, enquanto a renda, ainda que esteja crescendo, o faz de forma pouco sustentável, baseada em maior uso de insumos em vez de ganhos de eficiência.

O Brasil investe menos de 0,1% do PIB em formação profissional, muito aquém da média de países da OCDE, como a Áustria e a Finlândia, que investem aproximadamente 0,43% e 0,34%, respectivamente. Evidências indicam que programas bem estruturados podem aumentar a empregabilidade em até 5 pontos percentuais após um a dois anos do curso, mas esse impacto é muito sensível a diferentes fatores do desenho e contexto, podendo inclusive ocasionar resultados negativos.
Na apresentação, foram trazidos exemplos de iniciativas nacionais, como o Pronatec-MDIC — programa que oferecia cursos de qualificação alinhados à demanda de empresas em diferentes setores — e o Mulheres Mil, iniciativa voltada à formação e inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Assim, como principais desafios – estão a identificação de qual formação oferecer, onde, quando e para qual trabalhador. Como soluções, aponta dois caminhos possíveis: (i) responder diretamente às demandas das empresas, embora exista o risco de sobrestimação de necessidades, como no caso de sucesso do

Pronatec-MDIC; e (ii) garantir a cada trabalhador o direito a uma formação gratuita anual, escolhida em acordo com seu empregador, o que poderia gerar vínculos de trabalho mais duradouros e produtivos, desde que a oferta fosse suficientemente flexível e responsiva.



Formação profissional: chave para inclusão produtiva, maior produtividade e competitividade no mercado de trabalho.

PARA SABER MAIS

INSPER.EDU.BR

Insper